

ANEXO III

PONTOS PARA SORTEIO DAS PROVAS ORAIS

PONTO 1

DIREITO CONSTITUCIONAL

Constitucionalismo e Teoria da Constituição. Poder Constituinte. Emendas Constitucionais: revisão e reforma constitucional.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Administração Pública e Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011). Administração Pública e Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018, alterada pela Lei nº 13.853/2019).

ORGANIZAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO E ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO MARANHÃO

A carreira do Ministério Público: provimento, posse, exercício, estágio probatório, vitaliciamento. Promoções e remoções. Afastamentos e substituições. Tempo de serviço e aposentadoria. Reintegração, reversão e aproveitamento.

Lei Complementar Estadual nº 14, de 17 de dezembro de 1991, Código de Divisão e Organização Judiciária do Maranhão, atualizado e compilado até Lei Complementar nº 283/2025, LIVRO I e LIVRO III.

DIREITO CIVIL

Fundações. Requisitos. Constituição. Insuficiência de bens. Fiscalização. Alteração dos estatutos. Extinção das fundações e destino dos bens. Atuação do Ministério Público. Registro de atos. Domicílio civil. Espécies. Pluralidade. Domicílio da pessoa jurídica. Domicílio de eleição. Bens. Classificação geral dos bens. Bem de família.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Juiz: poderes, deveres, responsabilidades, impedimentos e suspeição. Ministério Público: perfil constitucional, intervenção como parte, intervenção como fiscal da ordem jurídica, poderes investigatórios, responsabilidades, impedimentos e suspeição. Advocacia pública: regime processual. Defensoria pública: regime processual.

DIREITO FINANCEIRO

Direito financeiro: conceito e objeto. Direito financeiro na Constituição Federal de 1988.

DIREITO TRIBUTÁRIO

Sistema constitucional tributário brasileiro: elementos constitutivos, características e princípios constitucionais tributários.

DIREITO ELEITORAL

Direito Eleitoral: fontes e princípios constitucionais aplicáveis. Justiça Eleitoral: órgãos, composição, competência, funções consultiva e normativa, poder de polícia, organização do eleitorado e divisão da Justiça Eleitoral (circunscrição, zona e seção eleitoral). Ministério Público Eleitoral: órgãos e atribuições.

DIREITOS TRANSINDIVIDUAIS E DIREITOS HUMANOS

Direito ambiental: Teoria Geral do Direito Ambiental. Princípios gerais de Direito Ambiental. Princípios do poluidor pagador, usuário pagador, precaução, prevenção e outros princípios de Direito Ambiental. Meio ambiente e Direitos Humanos. Princípio da proibição de retrocesso. Meio ambiente e sociedade de risco.

Direito Sanitário: O direito à saúde na ordem constitucional. Saúde, direito sanitário e instrumentos legais. Saúde e seguridade social. Lei n.º 8.080/1990.

Direito da Criança e do Adolescente: Procedimentos. Disposições gerais. Perda e suspensão do poder familiar. Destituição da tutela. Colocação em família substituta. Apuração de ato infracional atribuído ao adolescente. Apuração de irregularidade em entidade de atendimento. Apuração de infração administrativa às normas de proteção à criança e ao adolescente. 10. Recursos.

Direito do Consumidor: Lei n.º 8.078/1990. Fundamentos constitucionais. Relação de consumo. Consumidor. Fornecedor. Produtos e serviços. Conceitos. Fontes do direito do consumidor. Política nacional das relações de consumo. Sistema Nacional de Defesa do Consumidor. Objetivos e princípios.

Direito do Idoso: Direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária. Medidas de proteção.

Direito das Pessoas com Deficiência: Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (Lei n.º 12.764/2012). Participação política, social e cidadania. Direitos fundamentais. Capacidade civil. Direitos de família. Direitos reprodutivos e sexuais. Educação Inclusiva. Ações afirmativas. Capacitismo e violências contra a pessoa com deficiência.

Direito à Educação: Controle social do direito à educação, respectivas políticas públicas e gestão democrática no ensino.

Direitos Humanos: Justiça de transição. Conceito. Mecanismos: justiça, reparações, verdade e não repetição. Anistia. Comissão de Anistia. Programa Nacional de Direitos Humanos PNDH-3 (Decreto n.º 7.037/2009). Comissão Nacional da Verdade. Justiça de transição e direitos sociais, econômicos e culturais. Justiça de transição em democracias consolidadas.

PONTO 2

DIREITO CONSTITUCIONAL

O Estado Moderno. Surgimento e evolução. Organização do Estado. Estado Democrático de Direito. Federação.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Bens Públicos: conceito, classificação e características. Administração e utilização de bens públicos. Bens públicos em espécie. Inalienabilidade, impenhorabilidade e imprescritibilidade dos bens públicos. Patrimônio histórico. Proteção ambiental. Intervenção do Estado na propriedade: função social da propriedade e bem-estar social. Desapropriações. Serviços administrativos. Requisição. Ocupação temporária. Limitação administrativa. Intervenção do Estado no domínio econômico.

ORGANIZAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO E ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO MARANHÃO

As vedações constitucionais. Funções institucionais do Ministério Público. Inquérito civil. Notificações e requisições. Poder de investigação do Ministério Público.

Composição, funcionamento, atribuições e competência dos órgãos do Poder Judiciário.

DIREITO CIVIL

Fato jurídico. Ato jurídico. Negócio jurídico. Conceito. Condições de validade. Consentimento. Boa fé. Ato ilícito. Defeitos dos negócios jurídicos. Erro, dolo, coação, simulação, fraude contra credores, lesão e estado de perigo. Reserva mental. Da nulidade e da anulabilidade dos negócios jurídicos. Consequências. Ratificação.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Métodos de resolução dos litígios individuais e coletivos. Mecanismos de autocomposição: negociação, mediação, conciliação, arbitragem, práticas restaurativas e convenções. Política Nacional de Incentivo

à Autocomposição no âmbito do Ministério Público (Resolução CNMP nº 118/2014). Política Nacional de Incentivo à Atuação Resolutiva do Ministério Público brasileiro (Recomendação CNMP nº 54/2017).

DIREITO FINANCEIRO

Orçamento público. Conceito, espécies e natureza jurídica. Princípios orçamentários. Leis orçamentárias. Espécies e tramitação legislativa. Lei Federal nº 4.320/1964. Fiscalização financeira e orçamentária.

DIREITO TRIBUTÁRIO

Discriminação constitucional de competências tributárias. Repartição de receitas. Limitações constitucionais ao poder de tributar.

DIREITO ELEITORAL

Direito de sufrágio e sistemas eleitorais. Distinção entre sufrágio, voto e escrutínio. Referendo, plebiscito e iniciativa popular. Sistemas eleitorais (majoritário e proporcional).

DIREITOS TRANSINDIVIDUAIS E DIREITOS HUMANOS

Direito ambiental: Meio ambiente na Constituição Federal: arts. 182 e 183, arts. 215 a 216-A e art. 225. Repartição de competências. Lei nº 5.405, de 8 de abril de 1992, que institui o Código de Proteção do Meio Ambiente e dispõe sobre o Sistema Estadual do Meio Ambiente e o uso adequado dos recursos naturais do Estado do Maranhão.

Direito Sanitário: O Sistema Único de Saúde, seus princípios e diretrizes norteadores, as atribuições administrativas da União, dos Estados e dos Municípios na garantia do direito à saúde, as condições, critérios e fatores determinantes na organização e planejamento de um Sistema de Saúde. Sistema interfederativo. Lei Federal nº 12.466/2011. Comissão Intergestores Tripartite (CIT), Comissão Intergestores Bipartite (CIB), Comissão Intergestores Regionais (CIR). Plano de Saúde, Rede de Atenção à Saúde, Regiões de Saúde, Programação Anual de Saúde e Plano Diretor de Regionalização (PDR). Decreto Federal nº 7.508/2011 e regulamentação administrativa. Planejamento de saúde, assistência à saúde e articulação interfederativa.

Direito da Criança e do Adolescente: Política e organização do atendimento. Linhas de ação e da política de atendimento. Linhas de ação e diretrizes. Municipalização e descentralização. Participação da cidadania e conselhos dos direitos. Entidades e programas de atendimento.

Direito do Consumidor: Tutela administrativa do consumidor. Poder de normatização e de fiscalização do Município, do Distrito Federal, dos Estados e da União. Sanções administrativas. Órgãos administrativos de tutela do consumidor. Lei nº 12.529/2011. Decreto nº 2.181/1997.

Direito do Idoso: Pessoas idosas. Envelhecimento populacional. Direitos fundamentais, autonomia e escuta. Política Nacional do Idoso. Etarismo ou Idadismo. Violências contra a pessoa idosa e suas interseccionalidades.

Direito das Pessoas com Deficiência: Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Pessoa com Deficiência e Rede de Cuidados da Pessoa com Deficiência (Portaria GM/MS nº 1.526/2023).

Direito à Educação: Níveis e modalidades de educação e ensino. Planejamento. Planos decenais de educação. Conteúdo dos planos nacional e estadual de educação vigentes.

Direitos Humanos: População carcerária e em cumprimento de pena ou de medida socioeducativa. A pessoa com deficiência auditiva ou visual em privação de liberdade. Direito à assistência e à diversidade religiosa. Direitos da população LGBTQIA+ (Resolução CNJ nº 348/2020). Fiscalização dos parâmetros de acolhimento das pessoas LGBTQIA+ privadas de liberdade.

PONTO 3

DIREITO CONSTITUCIONAL

Normas constitucionais: interpretação, aplicabilidade e eficácia.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Atos administrativos: conceito, requisitos, elementos, atributos e espécies. Mérito administrativo. Ato discricionário e ato vinculado. Controle formal e controle do mérito do ato administrativo. Teoria dos motivos determinantes. Perfeição, validade, vigência e eficácia dos atos administrativos. Extinção, revogação, invalidação e convalidação.

ORGANIZAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO E ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO MARANHÃO

A carreira do Ministério Público: provimento, posse, exercício, estágio probatório, vitaliciamento. Promoções e remoções. Afastamentos e substituições. Tempo de serviço e aposentadoria. Reintegração, reversão e aproveitamento.

Competência e incumbência do magistrado de primeiro grau.

DIREITO CIVIL

Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro (LINDB). Decreto-lei nº 4.657/1942 e alterações da Lei nº 13.655/2018. Pessoa natural. Direitos de Personalidade. Incapacidade absoluta e relativa. Restrições e limitações de direito. Pessoa jurídica. Registro civil das pessoas jurídicas. Sociedades e associações. Dos direitos da personalidade como cláusula geral de proteção à pessoa humana. Direito ao nome, nome social e direito de alteração do nome.

Direito à imagem, à privacidade e à honra. Direitos de personalidade e biografias não autorizadas. *Hate speech* e redes sociais.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Procedimento comum: petição inicial e seus requisitos, registro e distribuição, valor da causa, cumulação de pedidos; deferimento, indeferimento e emenda da inicial; improcedência liminar do pedido; audiência de conciliação ou mediação; transação e homologação; citação: conceito, espécies, efeitos. Intimações. Contestação e reconvenção; pedido contraposto; ações dúplices; revelia e seus efeitos; providências preliminares e saneamento; julgamento conforme o estado do processo; saneamento e organização do processo; audiência de instrução e julgamento.

DIREITO FINANCEIRO

Despesa pública: conceito e classificação. Disciplina constitucional dos precatórios.

DIREITO TRIBUTÁRIO

Fontes de Direito Tributário. Legislação tributária. Vigência e aplicação da legislação tributária. Interpretação e integração.

DIREITO ELEITORAL

Partidos Políticos: autonomia, criação, filiação, fidelidade partidária (Resolução TSE nº 22.610/2007) e competência da Justiça Eleitoral. Ação de suspensão de órgão partidário (SOP). Resolução TSE nº 23.662/2021. Lei nº 14.208/2021: federações partidárias.

DIREITOS TRANSINDIVIDUAIS E DIREITOS HUMANOS

Direito ambiental: Política Nacional de Meio Ambiente. Lei nº 6.938/1981. Acesso à informação ambiental: Lei nº 10.650/2003. Política Nacional de Resíduos Sólidos: Lei nº 12.305/2010. Lei Complementar nº 140/2011. Resoluções do Conselho Nacional de Meio Ambiente. Geração de energia elétrica. Mineração.

Direito Sanitário: Política de Saúde Mental no Brasil. Lei nº 10.216/2001. Reforma Psiquiátrica, serviços substitutivos ao hospital psiquiátrico e o papel do Ministério Público. Parâmetros legais de enfrentamento à drogadição. Resolução nº 487/2023 do CNJ (Política Antimanicomial do Poder Judiciário).

Direito da Criança e do Adolescente: Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE - Lei nº 12.594/2012. Estatuto da Primeira Infância - Lei nº 13.257/2016.

Direito do Consumidor: Qualidade de produtos e serviços, prevenção e reparação dos danos. Responsabilidade do fornecedor pelo fato do produto e do serviço (acidente de consumo). Causas excludentes. Responsabilidade do fornecedor pelos vícios do produto e do serviço. Vício e defeito. Responsabilidade do profissional liberal. Causas excludentes. Teoria do desvio produtivo. Decadência e prescrição. Desconsideração da personalidade jurídica. Práticas comerciais. Oferta, apresentação e publicidade. Práticas abusivas. Cobrança de dívidas. Banco de dados e cadastro de consumidores e fornecedores. Lei nº 10.962/2004 e Decreto nº 5.903/2006.

Direito do Idoso: O idoso na Constituição Federal. Política Nacional do Idoso. Estatuto do Idoso. Lei Orgânica da Assistência Social. Código Civil. Código de Processo Civil. Código Penal. Constituição Estadual e legislação estadual. Resolução CNMP nº 154/2016.

Direito das Pessoas com Deficiência: Conselhos Nacional, Estadual e Municipais dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Decreto nº 9.404/2018 (reserva de espaços e assentos em teatros, cinemas, auditórios, estádios, ginásios de esporte, locais de espetáculos e de conferências e similares para pessoas com deficiência).

Direito à Educação: Educação especial inclusiva. Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (Decreto nº 6.949/2009).

Direitos Humanos: Violência e discriminação em razão de identidade de gênero e orientação sexual. Protocolo para julgamento com perspectiva de gênero. Atuação do Ministério Público no enfrentamento da violência de gênero e institucional. Direitos da pessoa LGBTQIA+. Direito ao uso do nome social.

PONTO 4

DIREITO CONSTITUCIONAL

Princípio da supremacia constitucional. Desconstitucionalização, recepção e repristinação. Normas constitucionais e inconstitucionais. Inconstitucionalidade: formal, material, originária e superveniente. Controle de constitucionalidade. Arguição de descumprimento de preceito fundamental. Controle de constitucionalidade da legislação estadual e municipal.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Contratos administrativos: conceito, interpretação, espécie do gênero contrato. Características dos contratos administrativos. Modalidades dos contratos administrativos. Formalização e execução dos contratos administrativos. Convênios administrativos.

ORGANIZAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO E ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO MARANHÃO

As vedações constitucionais. Funções institucionais do Ministério Público. Inquérito civil. Notificações e requisições. Poder de investigação do Ministério Público.

Atribuições, concurso, nomeação e posse dos Serventuários da Justiça. Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão. Resolução-GP nº 14, de 17 de fevereiro de 2021, consolidada e atualizada até a Resolução-GP nº 45, de 20 de março de 2025, LIVRO I – TÍTULO I, LIVRO II – TÍTULOS I e II, LIVRO III – TÍTULOS I, II e III.

DIREITO CIVIL

Decadência. Prescrição. Causas que impedem, suspendem e interrompem a prescrição. Prazos. Registros Públicos. Registro Civil das pessoas físicas e jurídicas. Registro de Títulos e Documentos. Finalidade. Registros facultativos e obrigatórios. Registro de Imóveis.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

O direito processual civil (novo CPC 2015). Jurisdição: conceito, características, escopos e princípios. Jurisdição voluntária. Competência: conceito, critérios e espécies. Competência absoluta e competência relativa. Prorrogação. Prevenção. Perpetuação. Deslocamento. Conflitos. Ação: conceito,

natureza jurídica e suas teorias. Condições da ação. Identificação da ação. Classificação da ação. Direito de defesa. Exceções e objeções materiais e processuais.

DIREITO FINANCEIRO

Receita pública: conceito, ingresso e receitas. Classificação das receitas públicas.

DIREITO TRIBUTÁRIO

Obrigação tributária. Hipóteses de incidência e fato gerador. Sujeito ativo e sujeito passivo. Base de cálculo e alíquota. Responsabilidade tributária e obrigação acessória. Ilícitos decorrentes. Sanções no âmbito do Direito Penal.

DIREITO ELEITORAL

Alistamento Eleitoral: domicílio eleitoral, transferência de domicílio eleitoral e revisão eleitoral. Direitos Políticos: perda ou suspensão. Suspensão de direitos políticos e inelegibilidade. Elegibilidade e inelegibilidade: condições de elegibilidade e causas de inelegibilidade, momento de aferição e inabilitação para o mandato.

DIREITOS TRANSINDIVIDUAIS E DIREITOS HUMANOS

Direito ambiental: Código Florestal: Lei nº 12.651/2012. Fauna: Lei nº 5.197/1967. Sistema Nacional de Unidades de Conservação: Lei nº 9.985/2000. Política Nacional de Gerenciamento Costeiro: Lei nº 7.661/1988. Agrotóxicos: Lei nº 14.785/2023. Proteção à fauna doméstica e domesticada. Direito dos animais.

Direito Sanitário: O Sistema de Vigilância em Saúde, a importância do serviço de vigilância para a saúde da população, do consumidor e do ambiente. Instrumentos para efetividade das ações de vigilância e proteção da saúde. Portaria nº 2.046/GM - Ministério da Saúde, de 03 de setembro de 2009, que regulamenta o Termo de Ajuste Sanitário (TAS). O controle social, as Conferências de Saúde, os Conselhos de Saúde. Lei nº 8.142/1990. A Resolução nº 453/2012, do Conselho Nacional de Saúde (CNS). Características institucionais, atribuições e responsabilidades dos Conselhos de Saúde e de seus integrantes.

Direito da Criança e do Adolescente: Lei nº 14.344/2022 - Lei Henry Borel. Medidas de proteção.

Direito do Consumidor: Práticas contratuais. Cláusulas abusivas. Contratos de adesão. Tamanho mínimo da fonte em contratos de adesão (Lei nº 11.785/2008). Convenção coletiva de consumo. Garantia legal e contratual.

Direito do Idoso: Políticas públicas, entidades de atendimento e rede protetiva dos direitos da pessoa idosa.

Direito das Pessoas com Deficiência: A proteção judicial dos interesses individuais, coletivos e difusos.

Direito à Educação: Atuação de instituições privadas na seara educacional. Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Direito à educação no Estatuto da Criança e do Adolescente.

Direitos Humanos: A proteção e a defesa dos povos tradicionais. Conceito e espécie. Resolução CNMP nº 230/2021.

PONTO 5

DIREITO CONSTITUCIONAL

A organização do Estado. Teoria geral da separação dos Poderes. Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário. Organização dos Poderes. Funções essenciais à Justiça. Ministério Público. Defesa do Estado e das Instituições Democráticas.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Bens Públicos: conceito, classificação e características. Administração e utilização de bens públicos. Bens públicos em espécie. Inalienabilidade, impenhorabilidade e imprescritibilidade dos bens públicos. Patrimônio histórico. Proteção ambiental. Intervenção do Estado na propriedade: função social da

propriedade e bem-estar social. Desapropriações. Servidões administrativas. Requisição. Ocupação temporária. Limitação administrativa. Intervenção do Estado no domínio econômico.

ORGANIZAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO E ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO MARANHÃO

Órgãos de administração e de execução do Ministério Público. A Administração Superior: órgãos, competências e atribuições. Órgãos auxiliares do Ministério Público.

Divisão Judiciária para efeito da administração da Justiça. Criação e instalação de comarcas.

DIREITO CIVIL

Conceito de obrigações. Classificação das obrigações. Obrigações em relação ao seu vínculo (obrigação civil, moral e natural). Obrigações quanto ao seu objeto (dar, fazer e não fazer). Obrigações em relação à pluralidade de sujeitos (obrigação divisível e indivisível e obrigação solidária). Obrigações quanto ao seu conteúdo (obrigação de meio, resultado e garantia). Efeitos das obrigações. Pagamento. Tempo de pagamento. Lugar do pagamento. Prova de pagamento. Pagamento indevido. Pagamento indireto. Consignação em pagamento. Pagamento com sub-rogação. Dação em pagamento. Novação. Transação. Inexecução das obrigações. Efeitos. Transmissão das obrigações. Cessão de crédito.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Processo: conceito e teorias sobre sua natureza jurídica. Garantias e princípios fundamentais do Processo Civil. Pressupostos processuais. Sujeitos do processo. Partes e Procuradores. Capacidade processual. Deveres das partes e dos procuradores. Responsabilidade por dano processual. Sucessão, substituição e representação. Despesas, honorários advocatícios e multas. Gratuidade da justiça. Litisconsórcio. Intervenção de terceiros. Intervenção voluntária e provocada. Assistência. Denúnciação da lide. Chamamento ao processo. Incidente de desconconsideração da personalidade jurídica. *Amicus curiae*. Outras intervenções.

DIREITO FINANCEIRO

Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

DIREITO TRIBUTÁRIO

Crédito tributário: lançamento, suspensão, extinção e exclusão. Garantias e privilégios do crédito tributário.

DIREITO ELEITORAL

Registro de candidatura: convenções partidárias, reserva de gênero, condições de registrabilidade; coligações partidárias (majoritárias e proporcionais) e substituição de candidato.

DIREITOS TRANSINDIVIDUAIS E DIREITOS HUMANOS

Direito ambiental: Estatuto da Cidade: Lei nº 10.257/2001. Política Nacional de Recursos Hídricos: Lei nº 9.433/1997. Parcelamento do solo: Lei nº 6.766/1979. Saneamento: Leis nºs 11.445/2007 e 14.026/2020. Proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Tombamento: Decreto-Lei nº 25/1937. Patrimônio Cultural. Lei nº 8.159/1991. Lei nº 11.904/2009: Estatuto dos Museus.

Direito Sanitário: O financiamento do direito à saúde - Emenda Constitucional nº 29/2000, Lei Complementar nº 141/2012 e regulamentação administrativa. Assistência farmacêutica, RENAME e Protocolos Clínicos e Diretrizes Terapêuticas.

Direito da Criança e do Adolescente: Normativa internacional. Convenção sobre os Direitos da Criança: Decreto nº 99.710, de 21 de novembro de 1990. Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos da Criança referente à venda de crianças, à prostituição infantil e à pornografia infantil: Decreto nº 5.007, de 8 de março de 2004. Convenção 182, da Organização Internacional do Trabalho: Decreto nº 3.597, de 12 de setembro de 2000 [Lista das Piores Formas de Trabalho Infantil – Lista TIP: Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008]. Convenção de Haia de 1993 relativa à adoção internacional: Decreto nº 3.087, de 21 de junho de 1999. Convenção de Haia de 1980 relativa ao sequestro internacional de

crianças: Decreto nº 3.413, de 14 de abril de 2000. Convenção Interamericana sobre Tráfico Internacional de Menores: Decreto nº 2.740, de 20 de agosto de 1998. Convenção Interamericana sobre a Restituição Internacional de Menores: Decreto nº 1.212, de 3 de agosto de 1994. Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional: Decreto nº 4.388, de 25 de setembro de 2002.

Direito do Consumidor: O Ministério Público na tutela do consumidor. Atribuições das Promotorias de Justiça de Defesa do Consumidor. Aspectos da Lei Orgânica Nacional do Ministério Público (Lei nº 8.625/1993). Defesa do consumidor em juízo. Ações coletivas para a defesa de interesses individuais homogêneos. Ações de responsabilidade do fornecedor de produtos e serviços. Coisa julgada. Ação civil pública (Lei nº 7.347/1985).

Direito do Idoso: Política de atendimento. Alternativas ao asilamento. Fiscalização das entidades de atendimento. Regulamentação sanitária. Conselhos Nacional, Estadual e Municipais dos Direitos do Idoso.

Direito das Pessoas com Deficiência: Direito ao trabalho. Vagas reservadas nos setores público e privado.

Direito à Educação: Legislação Estadual da Educação. Lei nº 10.099, de 11 de junho de 2014. Plano Estadual de Educação do Estado do Maranhão.

Direitos Humanos: Racismo. Conceito e espécies: racismo estrutural, institucional, ambiental, recreativo, religioso, interseccionalidade entre raça, gênero e classe, preconceito racial, igualdade racial e ações afirmativas. Proteção da igualdade étnico-racial e legislação específica correspondente (Convenção internacional sobre a eliminação de todas as formas de discriminação racial - Decreto nº 65.810/1969; Lei nº 7.716/1989; Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial – Decreto nº 4.886/2003; Estatuto da Igualdade Racial - Lei nº 12.288/2010; Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial - SINAPIR – Decreto nº 8.136/2013).

PONTO 6

DIREITO CONSTITUCIONAL

Direitos e Garantias Fundamentais. Evolução e teoria geral dos direitos fundamentais. Proteção internacional. Internacionalização dos direitos fundamentais. Colisão entre direitos fundamentais. Tratados e Convenções Internacionais.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Contratos administrativos: conceito, interpretação, espécie do gênero contrato. Características dos contratos administrativos. Modalidades dos contratos administrativos. Formalização e execução dos contratos administrativos. Convênios administrativos.

DIREITO CIVIL

Contratos. Formação do contrato. Interpretação do contrato. Contratos unilaterais e bilaterais. Contratos consensuais e solenes. Contratos de execução imediata e de execução continuada. Teoria da imprevisão (cláusula *rebus sic stantibus*). Liberdade de contratar e função social do contrato. Da resolução por onerosidade excessiva. Contratos pessoais e impessoais. Contratos aleatórios. Contrato preliminar. Efeitos dos contratos. Arras. Vícios redibitórios. Evicção. Princípios gerais do contrato. Compra e venda. Promessa de compra e venda. Doação. Locação comercial e residencial. Mandato. Fiança e Parceria rural.

ORGANIZAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO E ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO MARANHÃO

Garantias constitucionais relativas aos membros do Ministério Público. As garantias da inamovibilidade, da irredutibilidade de subsídio, da vitaliciedade e do foro por prerrogativa de função.

Lei Complementar Estadual nº 14, de 17 de dezembro de 1991, Código de Divisão e Organização Judiciária do Maranhão, atualizado e compilado até Lei Complementar nº 283/2025, LIVRO I e LIVRO III.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Fatos jurídicos processuais. Atos, fatos e negócios processuais. Atos processuais: conceito, classificação, forma, tempo e lugar. Pronunciamentos do juiz. Prazos. Penalidades e preclusões. Nulidades. Comunicação dos atos processuais. Tutela jurisdicional: formas de tutela e classificações. Tutela provisória. Tutela definitiva.

DIREITO FINANCEIRO

Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

DIREITO TRIBUTÁRIO

Tributos: conceito e classificação. Impostos, taxas e contribuição de melhoria. Empréstimos compulsórios. Contribuições parafiscais. Imposto sobre a transmissão *causa mortis* e *inter vivos*. Doação de bens e direitos.

DIREITO ELEITORAL

Propaganda Eleitoral: propaganda partidária e intrapartidária; promoção pessoal; marco civil da Internet (Lei nº 12.965/2014); impulsionamento, uso de avatares, *chatbot*, conteúdo sintético e inteligência artificial; prazos para realização; propaganda extemporânea e consequências; propaganda lícita e ilícita; Direito de resposta. Representação por propaganda eleitoral irregular. Pesquisas e testes eleitorais.

DIREITOS TRANSINDIVIDUAIS E DIREITOS HUMANOS

Direito ambiental: Lei nº 9.605/1998: Crimes Ambientais e Infrações Administrativas. Resolução Conjunta nº 10, de 29 de maio de 2024, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP).

Direito Sanitário: Pacto pela saúde e suas diversas implicações. Portaria nº 399/GM, de 22 de fevereiro de 2006, e Portaria nº 699/GM, de 30 de março de 2006, ambas do Ministério da Saúde.

Direito da Criança e do Adolescente: Proteção judicial e defesa dos interesses individuais, difusos e coletivos das crianças e dos adolescentes. Crimes e infrações administrativas.

Direito do Consumidor: Lei nº 14.181/2021 (prevenção e o tratamento do superendividamento).

Direito do Idoso: Prioridade no atendimento. Prioridade na tramitação de feitos.

Direito das Pessoas com Deficiência: Direito à habilitação, reabilitação e integração social, educação inclusiva, saúde, formação profissional, recursos humanos, acessibilidade, edificações e assistência social. Gratuidade nos transportes coletivos. Prioridade no atendimento. Criminalização do preconceito.

Direito à Educação: Educação em Direitos Humanos. Direito à educação e os objetivos fundamentais da República. Direito à educação na Constituição Federal. Princípios constitucionais do ensino. Deveres do Estado com a educação. Programas suplementares de material didático escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

Direitos Humanos: Direitos humanos e o Ministério Público. Resolução nº 262/2023, do CNMP (Institui o Comitê Permanente Nacional de Monitoramento da Implementação de Decisões de Órgãos do Sistema Interamericano de Direitos Humanos (CONADH) no âmbito do Ministério Público brasileiro). Recomendação nº 96/2023, do CNMP (Recomenda aos ramos e às unidades do Ministério Público a observância dos tratados, convenções e protocolos internacionais de direitos humanos, das recomendações da Comissão Interamericana de Direitos Humanos e da jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos; e dá outras providências). Resolução nº 278/2023, do CNMP (Dispõe sobre as atribuições do Ministério Público na tutela coletiva de segurança pública). Resolução nº 279/2023, do CNMP (Dispõe sobre as atribuições do Ministério Público no exercício do controle externo da atividade policial).

DIREITO CONSTITUCIONAL

Direitos da Cidadania. Direitos sociais. Direitos e interesses individuais, coletivos, difusos e individuais homogêneos.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Contratos administrativos: conceito, interpretação e espécie do gênero contrato. Características dos contratos administrativos. Modalidades dos contratos administrativos. Formalização e execução dos contratos administrativos. Convênios administrativos.

ORGANIZAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO E ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO MARANHÃO

Ramos do Ministério Público. Lei Orgânica Nacional do Ministério Público: Lei nº 8.625/93. A Lei Complementar Estadual nº 013/91 e suas alterações posteriores e a Lei Complementar nº 75/93. Composição, funcionamento, atribuições e competência dos órgãos do Poder Judiciário.

DIREITO CIVIL

Atos ilícitos. Responsabilidade civil: subjetiva, objetiva, contratual e extracontratual. Teoria do risco. Responsabilidade civil do Estado. Dano patrimonial e extrapatrimonial. Extensão do dano.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Processo e procedimento. Procedimento comum e procedimentos especiais. Jurisdição contenciosa: ações possessórias; inventário e partilha; embargos de terceiro; habilitação; ações de família; processos contenciosos de divórcio, separação, reconhecimento e extinção de união estável, guarda, visitação, filiação e alimentos; ação monitória. Jurisdição voluntária: disposições gerais; alienações judiciais; divórcio, separação, extinção consensual de união estável e alteração do regime de bens do matrimônio; testamentos e codicilos; herança jacente; bens dos ausentes; coisas vagas; interdição, tutela e curatela e estatuto da pessoa com deficiência. Organização e fiscalização das fundações.

DIREITO FINANCEIRO

Crédito público: conceito e classificação de crédito público. Natureza jurídica. Controle, fiscalização e prestação de contas.

DIREITO TRIBUTÁRIO

Isenção e anistia.

DIREITO ELEITORAL

Votação. Apuração e diplomação: votação; dia das eleições; limitações à prisão de eleitor; transporte e alimentação do eleitor e propaganda). Apuração. Diplomação (natureza jurídica e competência).

DIREITOS TRANSINDIVIDUAIS E DIREITOS HUMANOS

Direito ambiental: Dano ambiental e responsabilidade civil por danos ao meio ambiente. Improbidade administrativa ambiental e urbanística. Ação civil pública ambiental (Lei nº 7.347/1985).

Direito Sanitário: Contrato Organizativo da Ação Pública de Saúde (COAP): suas implicações jurídicas e administrativas. A contratualização no Estado do Maranhão e seus municípios.

Direito da Criança e do Adolescente: O Juiz, o Ministério Público, o advogado e o defensor público.

Direito do Consumidor: Lei nº 14.790/2023 (dispõe sobre a modalidade lotérica denominada apostas de quota fixa – Lei das BETS).

Direito do Idoso: Assistência Social. Acessibilidade. Gratuidade nos transportes coletivos. Ações afirmativas.

Direito das Pessoas com Deficiência: Política Nacional de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Decreto nº 3.298/1999, Decreto nº 11.793/2023, Resolução nº 109/2009, do Conselho Nacional de Assistência Social e Resolução CNMP nº 228/2021).

Direito à Educação: Competências dos entes federativos na seara educacional. Regime de colaboração.

Direitos Humanos: Direitos Humanos no Brasil. Constituição e Direitos Humanos. Direitos Fundamentais. Status dos Direitos Humanos. Terminologia, fundamento e classificação (quanto à finalidade, adotada pela Constituição de 1988). Dimensões dos Direitos Humanos. Direitos Humanos em espécie. Direito à vida. Dignidade da pessoa humana. Direito à liberdade. Direitos políticos. Direitos sociais. Direito de minorias.

PONTO 8

DIREITO CONSTITUCIONAL

Processo legislativo e espécies normativas. Medida provisória: natureza, cabimento e efeitos. Atividade parlamentar investigatória: limites e poderes das Comissões Parlamentares de Inquérito.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Licitação: conceito, princípios e objeto. Obrigatoriedade, dispensa e inexigibilidade de licitação. Modalidades de licitação e procedimentos. Anulação e revogação da licitação. Recursos administrativos. Nova lei de licitações e contratos (Lei n.º 14.133/2021). Lei das Estatais (Lei n.º 13.303/2016).

ORGANIZAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO E ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO MARANHÃO

O Ministério Público. Construção histórica. O Ministério Público: conceito e perfil constitucional. Princípios institucionais: Unidade, Indivisibilidade e Independência Funcional. Autonomias constitucionais: Funcional, Administrativa e Financeira. Competência e incumbência do magistrado de primeiro grau.

DIREITO CIVIL

Posse. Classificação. Aquisição. Perda. Efeitos. Proteção possessória. Função social. Propriedade: conceito. Propriedade imóvel: aquisição e perda. Função social. Usucapião: conceito, natureza, extensão e espécies.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Prova: conceito, objeto, ônus, procedimento, apreciação e espécies. Depoimento pessoal. Confissão. Exibição de documento ou coisa. Prova documental, testemunhal e pericial. Inspeção judicial. Provas ilícitas.

DIREITO FINANCEIRO

A atuação do Tribunal de Contas no controle orçamentário.

DIREITO TRIBUTÁRIO

Prescrição e decadência no Direito Tributário.

DIREITO ELEITORAL

Ações eleitorais: ação de impugnação ao registro de candidatura, ação de investigação judicial eleitoral, ação de impugnação de mandato eletivo e recurso contra expedição de diploma (hipóteses, legitimidade, prazo e procedimento). Procedimento de execução e cumprimento de decisões impositivas de multa e outras sanções de natureza pecuniária (Resolução TSE nº 23.709/2022).

DIREITOS TRANSINDIVIDUAIS E DIREITOS HUMANOS

Direito ambiental: Meio ambiente na Constituição Federal: arts. 182 e 183, arts. 215 a 216-A e art. 225. Repartição de competências. Lei nº 5.405, de 8 de abril de 1992, que institui o Código de Proteção

do Meio Ambiente e dispõe sobre o Sistema Estadual do Meio Ambiente e o uso adequado dos recursos naturais do Estado do Maranhão.

Direito Sanitário: Resolução nº 02/CIT, de 17 de janeiro de 2012, que dispõe sobre a Relação Nacional de Ações e Serviços de Saúde (RENASES); regulamentação e aplicação. Portaria nº 841/GM - Ministério da Saúde, de 02 de maio de 2012, que publica a Relação Nacional de Ações e Serviços de Saúde (RENASES).

Direito da Criança e do Adolescente: Procedimentos. Disposições gerais. Perda e suspensão do poder familiar. Destituição da tutela. Colocação em família substituta. Apuração de ato infracional atribuído ao adolescente. Apuração de irregularidade em entidade de atendimento. Apuração de infração administrativa às normas de proteção à criança e ao adolescente. 10. Recursos.

Direito do Consumidor: Lei nº 14.181/2021 (prevenção e o tratamento do superendividamento).

Direito do Idoso: Os crimes e infrações administrativas.

Direito das Pessoas com Deficiência: Constituição Federal. Legislação federal esparsa. Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei Federal nº 13.146/2015). Acessibilidade e enfrentamento de barreiras. Decreto nº 9.296/2018, que regulamenta o art. 45 do Estatuto da Pessoa com Deficiência.

Direito à Educação: Financiamento da educação. Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB.

Direitos Humanos: Mecanismos Internacionais de proteção e monitoramento dos Direitos Humanos. Direito Penal Internacional. Tribunal Penal Internacional. Dos crimes internacionais. Tratados internacionais e Direito Penal.

PONTO 9

DIREITO CONSTITUCIONAL

Ações constitucionais: mandado de injunção, mandado de segurança individual e coletivo, ação popular, *habeas corpus*, *habeas data* e ação civil pública.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Servidores públicos: regime jurídico e classificação. Políticas de administração e de remuneração de pessoal. Cargos, empregos e funções. Criação, transformação e extinção de cargos, empregos ou funções. Provimento e vacância de cargos públicos. Aposentadoria, estabilidade e exercício de mandato eletivo. Demissão de vitalícios e estáveis. Direitos, deveres e responsabilidade dos servidores públicos. Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado do Maranhão (Lei nº 6.107/1994). Regime disciplinar dos servidores públicos: tipicidade e sanção disciplinar. Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar.

ORGANIZAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO E ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO MARANHÃO

A carreira do Ministério Público: provimento, posse, exercício, estágio probatório, vitaliciamento. Promoções e remoções. Afastamentos e substituições. Tempo de serviço e aposentadoria. Reintegração, reversão e aproveitamento.

Atribuições, concurso, nomeação e posse dos Serventuários da Justiça. Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão. Resolução-GP nº 14, de 17 de fevereiro de 2021, consolidada e atualizada até a Resolução-GP nº 45, de 20 de março de 2025, LIVRO I – TÍTULO I, LIVRO II – TÍTULOS I e II, LIVRO III – TÍTULOS I, II e III.

DIREITO CIVIL

Condomínio: noções gerais. Usufruto. Servidão. Hipoteca.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Sentença: conceito, natureza, classificação, estrutura lógica, requisitos, efeitos principais e secundários, vícios e correção, publicação e intimação. Coisa julgada: conceito, natureza política. Coisa

julgada formal e material. Limites objetivos e subjetivos da coisa julgada. A tese da “relativização” da coisa julgada. Cumprimento provisório e definitivo da sentença.

DIREITO FINANCEIRO

A atuação do Tribunal de Contas no controle orçamentário.

DIREITO TRIBUTÁRIO

Apropriação indébita no Direito Tributário.

DIREITO ELEITORAL

Representações eleitorais: por captação ilícita de sufrágio; por arrecadação ou gasto ilícito em campanha; por doação acima do limite e por prática de conduta vedada (hipóteses, legitimidade, prazo e procedimento).

DIREITOS TRANSINDIVIDUAIS E DIREITOS HUMANOS

Direito ambiental: Meio ambiente na Constituição Federal: arts. 182 e 183, arts. 215 a 216-A e art. 225. Repartição de competências. Lei nº 5.405, de 8 de abril de 1992, que institui o Código de Proteção do Meio Ambiente e dispõe sobre o Sistema Estadual do Meio Ambiente e o uso adequado dos recursos naturais do Estado do Maranhão.

Direito Sanitário: O direito à saúde e o terceiro setor. Consórcio intermunicipal de saúde, cooperativas, entidades sem fins lucrativos, Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP's), Organizações Sociais (OS's), Fundações Estatais de Direito Privado. Código de Saúde do Estado do Maranhão (Lei Complementar Estadual nº 039/1998) e legislação sanitária estadual. Lei nº 9.732, de 19 de dezembro de 2012, que autoriza a criação da empresa pública denominada Empresa Maranhense de Serviços Hospitalares – EMSERH.

Direito da Criança e do Adolescente: Acesso à Justiça. A Justiça da Infância e da Juventude: princípios gerais, competência, representação processual e serviços auxiliares.

Direito do Consumidor: O Ministério Público na tutela do consumidor. Atribuições das Promotorias de Justiça de Defesa do Consumidor. Aspectos da Lei Orgânica Nacional do Ministério Público (Lei nº 8.625/1993). Defesa do consumidor em juízo. Ações coletivas para a defesa de interesses individuais homogêneos. Ações de responsabilidade do fornecedor de produtos e serviços. Coisa julgada. Ação civil pública (Lei nº 7.347/1985).

Direito do Idoso: A proteção judicial dos interesses difusos, coletivos e individuais indisponíveis ou homogêneos.

Direito das Pessoas com Deficiência: Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência (Decreto nº 3.956/2001).

Direito à Educação: Legislação Estadual da Educação. Lei nº 10.099, de 11 de junho de 2014. Plano Estadual de Educação do Estado do Maranhão.

Direitos Humanos: Tratados internacionais de Direitos Humanos. Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos. Pacto dos Direitos Sociais. Outros tratados internacionais.

PONTO 10

DIREITO CONSTITUCIONAL

Administração Pública: princípios constitucionais. Responsabilidade Civil do Poder Público. Servidores públicos: regime, ingresso, direitos e deveres.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Danos ao Patrimônio Público. Atos de improbidade administrativa: sujeitos (sujeito ativo, sujeito passivo e terceiros) e categorias de atos de improbidade administrativa. Lei nº 8.429/1992 e alterações da Lei nº 14.230/2021. O conceito de agente público. Condutas caracterizadoras de improbidade administrativa. Outros atos de improbidade: atos ímprobos previstos no Estatuto da Cidade (Lei nº

10.257/2001); decorrentes de condutas vedadas a agentes públicos em campanhas eleitorais (Lei nº 9.504/1997); resultantes do descumprimento da nova Lei das Licitações e Contratos e da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000) e decorrentes de atos contra o meio ambiente (Lei nº 9.605/1998). Sanções (natureza jurídica, espécies, aplicação e gradação). A apuração administrativa e judicial dos atos de improbidade administrativa. Natureza jurídica das decisões e condenações dos Tribunais de Contas. Ação Popular e Ação Civil Pública em Defesa do Patrimônio Público. Ação Civil de Improbidade (natureza jurídica, legitimação, competência, prazo para ajuizamento e prescrição e causas de sua interrupção). Providências cautelares. Atuação extrajudicial e judicial do Ministério Público em defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa. Execução da sentença condenatória em ação por improbidade. Prescrição da execução da sentença condenatória. Imprescritibilidade das ações de ressarcimento. Crimes de Responsabilidade (Lei nº 1.079/1950 e Decreto-Lei nº 201/1967).

ORGANIZAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO E ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO MARANHÃO

As vedações constitucionais. Funções institucionais do Ministério Público. Inquérito civil. Notificações e requisições. Poder de investigação do Ministério Público.

Divisão Judiciária para efeito da administração da Justiça. Criação e instalação de comarcas.

DIREITO CIVIL

Direito de Família: famílias simultâneas, famílias reconstituídas, famílias monoparentais, família homoafetiva. Casamento: nulidades, impedimentos, efeitos jurídicos, causas suspensivas e regimes de bens. União estável. Dissolução da sociedade e do vínculo conjugal. Formas e consequências. Proteção da pessoa dos filhos.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Recurso: conceito e fundamento, natureza jurídica e efeitos. Juízo de admissibilidade e juízo de mérito. Pressupostos recursais. Princípios fundamentais. Os poderes do Relator. Remessa necessária. Recursos: apelação; agravo de instrumento; agravo interno; embargos de declaração; recursos ordinário, especial e extraordinário: noções gerais e hipóteses de cabimento. Repercussão Geral. Filtro de relevância do recurso especial. Agravos em recursos extraordinário e especial. Embargos de divergência. Julgamento dos recursos repetitivos.

DIREITO FINANCEIRO

Empréstimos públicos: classificação, fases, condições, garantias, amortização e conversão.

DIREITO TRIBUTÁRIO

Tributos federais, estaduais e municipais: noções gerais, natureza, fato gerador, sujeitos, base de cálculo, alíquota e lançamento.

DIREITO ELEITORAL

Recursos eleitorais: contra decisões de Junta Eleitoral; contra decisões de juiz eleitoral; contra decisões do TER e contra decisões do TSE.

DIREITOS TRANSINDIVIDUAIS E DIREITOS HUMANOS

Direito ambiental: Política Nacional de Meio Ambiente. Lei nº 6.938/1981. Acesso à informação ambiental: Lei nº 10.650/2003. Política Nacional de Resíduos Sólidos: Lei nº 12.305/2010. Lei Complementar nº 140/2011. Resoluções do Conselho Nacional de Meio Ambiente. Geração de energia elétrica. Mineração.

Direito Sanitário: Responsabilidades administrativa, civil e penal dos profissionais e serviços de saúde. Crimes contra a saúde no Código Penal, na Lei Federal nº 8.080/1990, na Lei Federal nº 9.434/1997 e na Lei Federal nº 9.263/1996.

Direito da Criança e do Adolescente: Prática de ato infracional. A questão socioeducativa. Conceito e tempo do ato infracional. Inimputabilidade. Direitos individuais. Garantias processuais. Medidas socioeducativas. Remissão.

Direito do Consumidor: Qualidade de produtos e serviços, prevenção e reparação dos danos. Responsabilidade do fornecedor pelo fato do produto e do serviço (acidente de consumo). Causas excludentes. Responsabilidade do fornecedor pelos vícios do produto e do serviço. Vício e defeito. Responsabilidade do profissional liberal. Causas excludentes. Teoria do desvio produtivo. Decadência e prescrição. Desconsideração da personalidade jurídica. Práticas comerciais. Oferta, apresentação e publicidade. Práticas abusivas. Cobrança de dívidas. Banco de dados e cadastro de consumidores e fornecedores. Lei nº 10.962/2004 e Decreto nº 5.903/2006.

Direito do Idoso: Pessoas idosas. Envelhecimento populacional. Direitos fundamentais, autonomia e escuta. Política Nacional do Idoso. Etarismo ou Idadismo. Violências contra a pessoa idosa e suas interseccionalidades.

Direito das Pessoas com Deficiência: Pessoas com deficiência. Evolução conceitual. Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência e seu Protocolo Facultativo (Decreto Legislativo nº 186/2008 e Decreto nº 6.949/2009).

Direito à Educação: Educação em Direitos Humanos. Direito à educação e os objetivos fundamentais da República. Direito à educação na Constituição Federal. Princípios constitucionais do ensino. Deveres do Estado com a educação. Programas suplementares de material didático escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

Direitos Humanos: Sistema Regional de Direitos Humanos. Convenção Americana de Direitos Humanos e Protocolos adicionais. Corte Interamericana de Direitos Humanos. Comissão Interamericana de Direitos Humanos

PONTO 11

DIREITO CONSTITUCIONAL

Estado Federal: conceito e sistemas de repartição de competências. Repartição de competências na Constituição da República.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Responsabilidade patrimonial extracontratual do Estado. Teorias da culpa administrativa, do risco administrativo e do risco integral. Responsabilidade civil do Estado no direito brasileiro. Causas excludentes e atenuantes. Responsabilidade por atos legislativos e por atos jurisdicionais. Prescrição e decadência. Reparação do dano.

ORGANIZAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO E ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO MARANHÃO

Órgãos de administração e de execução do Ministério Público. A Administração Superior: órgãos, competências e atribuições. Órgãos auxiliares do Ministério Público.

Lei Complementar Estadual nº 14, de 17 de dezembro de 1991, Código de Divisão e Organização Judiciária do Maranhão, atualizado e compilado até Lei Complementar nº 283/2025, LIVRO I e LIVRO III.

DIREITO CIVIL

Relação de parentesco. Paternidade *post mortem*. Filiação por reprodução assistida. Filiação biológica e socioafetiva. Multiparentalidade. Paternidade havida fora do matrimônio. Formas de reconhecimento.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Precedentes e julgados vinculantes. Precedente, jurisprudência e súmula. Efeito vinculante. Limites ao efeito vinculante. Fundamentos relevantes. Distinção e superação.

DIREITO FINANCEIRO

Dívida pública.

DIREITO TRIBUTÁRIO

Fiscalização tributária. Dívida ativa. A execução fiscal.

DIREITO ELEITORAL

Legislação Eleitoral: Constituição Federal (dispositivos pertinentes ao Direito Eleitoral); Código Eleitoral (crimes, recursos e juntas eleitorais); Lei Complementar nº 64/1990; Lei nº 9.504/1997; Lei nº 9.096/1995; Resolução TSE nº 22.610/2007 e Súmulas e Precedentes do Tribunal Superior Eleitoral.

DIREITOS TRANSINDIVIDUAIS E DIREITOS HUMANOS

Direito ambiental: Meio ambiente na Constituição Federal: arts. 182 e 183, arts. 215 a 216-A e art. 225. Repartição de competências. Lei nº 5.405, de 8 de abril de 1992, que institui o Código de Proteção do Meio Ambiente e dispõe sobre o Sistema Estadual do Meio Ambiente e o uso adequado dos recursos naturais do Estado do Maranhão.

Direito Sanitário: Saúde pública e improbidade administrativa. Lei nº 8.429/1992. Saúde pública e sua proteção jurídica contra a prática de atos de improbidade administrativa. Hipóteses que podem caracterizar a realização de atos de improbidade administrativa pelos agentes públicos da área de saúde, as sanções previstas e a natureza dessas sanções. Defesa da probidade administrativa em juízo, em especial o papel reservado ao Ministério Público.

Direito da Criança e do Adolescente: Direito à convivência familiar. Família natural e família substituta. Guarda. Tutela. Adoção. Perda ou suspensão do poder familiar. Colocação em família substituta. Direito à convivência familiar e comunitária (Resolução CNMP nº 198/2019). Apadrinhamento afetivo. Entrega voluntária para adoção (Resolução CNJ nº 485/2023).

Direito do Consumidor: Práticas contratuais. Cláusulas abusivas. Contratos de adesão. Tamanho mínimo da fonte em contratos de adesão (Lei nº 11.785/2008). Convenção coletiva de consumo. Garantia legal e contratual.

Direito do Idoso: O idoso na Constituição Federal. Política Nacional do Idoso. Estatuto do Idoso. Lei Orgânica da Assistência Social. Código Civil. Código de Processo Civil. Código Penal. Constituição Estadual e legislação estadual. Resolução CNMP nº 154/2016.

Direito das Pessoas com Deficiência: Política Nacional de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Decreto nº 3.298/1999, Decreto nº 11.793/2023, Resolução nº 109/2009, do Conselho Nacional de Assistência Social e Resolução CNMP nº 228/2021).

Direito à Educação: Financiamento da educação. Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB.

Direitos Humanos: Direitos Humanos e direitos fundamentais. Conceito, estrutura e história.

PONTO 12

DIREITO CONSTITUCIONAL

A União, os Estados, o Distrito Federal, os Territórios e os Municípios: atribuições, competências exclusivas, concorrentes e residuais para legislar. Intervenção federal nos Estados. Intervenção estadual nos Municípios.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Administração Pública e terceiro setor. Lei nº 9.637/1998 (Lei das organizações sociais - OS). Lei nº 9.790/1999 (Lei Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP). Regime jurídico das parcerias entre a Administração Pública e as organizações da sociedade civil (Lei nº 13.019/2014, alterada pela Lei nº 13.204/2015).

ORGANIZAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO E ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO MARANHÃO

Garantias constitucionais relativas aos membros do Ministério Público. As garantias da inamovibilidade, da irredutibilidade de subsídio, da vitaliciedade e do foro por prerrogativa de função.
Composição, funcionamento, atribuições e competência dos órgãos do Poder Judiciário.

DIREITO CIVIL

Adoção. Conceitos. Requisitos. Efeitos. Alimentos. Investigação de paternidade. Tutela, curatela e ausência. Hipoteca legal.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Incidente de resolução de demandas repetitivas. Incidente de assunção de competência. Uniformização de jurisprudência. Declaração de inconstitucionalidade.

DIREITO FINANCEIRO

Despesa pública: conceito e classificação. Disciplina constitucional dos precatórios.

DIREITO TRIBUTÁRIO

Processo administrativo fiscal: generalidades, espécies, recursos e princípios aplicáveis.

DIREITO ELEITORAL

Lei nº 13.165/2016: redução dos custos das campanhas eleitorais, simplificação da administração dos Partidos Políticos e incentivo à participação feminina.

DIREITOS TRANSINDIVIDUAIS E DIREITOS HUMANOS

Direito ambiental: Código Florestal: Lei n.º 12.651/2012. Fauna: Lei nº 5.197/1967. Sistema Nacional de Unidades de Conservação: Lei nº 9.985/2000. Política Nacional de Gerenciamento Costeiro: Lei nº 7.661/1988. Agrotóxicos: Lei nº 14.785/2023. Proteção à fauna doméstica e domesticada. Direito dos animais.

Direito Sanitário: O alcance das atribuições do Ministério Público na área do Direito Sanitário. Inquérito Civil. Compromisso de Ajustamento de Conduta. Ação Civil Pública. O controle externo dos atos administrativos.

Direito da Criança e do Adolescente: Medidas de proteção: disposições gerais e medidas específicas de proteção. Colocação em família substituta. Medidas pertinentes aos pais ou responsável.

Direito do Consumidor: Lei nº 8.078/1990. Fundamentos constitucionais. Relação de consumo. Consumidor. Fornecedor. Produtos e serviços. Conceitos. Fontes do direito do consumidor. Política nacional das relações de consumo. Sistema Nacional de Defesa do Consumidor. Objetivos e princípios.

Direito do Idoso: Direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária. Medidas de proteção.

Direito das Pessoas com Deficiência: Direito à habilitação, reabilitação e integração social, educação inclusiva, saúde, formação profissional, recursos humanos, acessibilidade, edificações e assistência social. Gratuidade nos transportes coletivos. Prioridade no atendimento. Criminalização do preconceito.

Direito à Educação: Controle social do direito à educação, respectivas políticas públicas e gestão democrática no ensino.

Direitos Humanos: A Declaração Universal dos Direitos Humanos. Contexto histórico. Importância e função atualmente.

PONTO 13

DIREITO CONSTITUCIONAL

Poder Judiciário, Tribunais e Juízes Estaduais. Tribunal de Justiça do Maranhão. Ministério Público do Maranhão.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Serviços públicos: conceito, princípios, classificação. Competência e formas da prestação do serviço público. Administração indireta: descentralização e entidades. Entes de cooperação. Serviços delegados a particulares. Convênios e consórcios administrativos. Entidades do terceiro setor e o Direito Administrativo.

ORGANIZAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO E ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO MARANHÃO

Ramos do Ministério Público. Lei Orgânica Nacional do Ministério Público: Lei nº 8.625/93. Lei Complementar Estadual nº 013/91 e suas alterações posteriores e a Lei Complementar nº 75/93. Competência e incumbência do magistrado de primeiro grau.

DIREITO CIVIL

Sucessão. Disposições gerais. Transmissão da herança. Aceitação e renúncia da herança. Herança jacente. Incapacidade sucessória. Sucessão legítima. Ordem de vocação hereditária. Herdeiros necessários. Direito de representação. Sucessão testamentária. Capacidade para testar. Parte disponível. Inventário, arrolamento e partilha. Sonegados. Colações. Pagamento das dívidas. Garantia dos quinhões hereditários. Nulidade da partilha. Sobrepartilha.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

O microsistema da tutela coletiva. Processo civil estrutural.

DIREITO FINANCEIRO

A atuação do Tribunal de Contas no controle orçamentário.

DIREITO TRIBUTÁRIO

Matéria tributária em juízo. Ação anulatória de débito fiscal e o mandado de segurança.

DIREITO ELEITORAL

Lei nº 14.192/2021: violência política contra a mulher.

DIREITOS TRANSINDIVIDUAIS E DIREITOS HUMANOS

Direito ambiental: Estatuto da Cidade: Lei nº 10.257/2001. Política Nacional de Recursos Hídricos: Lei nº 9.433/1997. Parcelamento do solo: Lei nº 6.766/1979. Saneamento: Leis nºs 11.445/2007 e 14.026/2020. Proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Tombamento: Decreto-Lei nº 25/1937. Patrimônio Cultural. Lei nº 8.159/1991. Lei nº 11.904/2009: Estatuto dos Museus.

Direito Sanitário: O paradoxo entre direito fundamental social e direito público subjetivo à saúde. A interdependência dos sistemas político e jurídico do direito à saúde. Judicialização do direito à saúde. Resolução nº 238/2016, do CNJ (criação e manutenção, pelos Tribunais de Justiça e Regionais Federais de Comitês Estaduais da Saúde) e Resolução nº 530/2023, do CNJ (Política Judiciária de Resolução Adequada das Demandas de Assistência à Saúde).

Direito da Criança e do Adolescente: Conselho Tutelar. Disposições gerais. Atribuições. Competência. Escolha dos conselheiros e impedimentos. Lei nº 12.696/2012 e Resoluções nºs 139 e 152, do CONANDA. Processo Eleitoral do Conselho Tutelar (Resolução nº 231/2022, CONANDA).

Direito do Consumidor: O Ministério Público na tutela do consumidor. Atribuições das Promotorias de Justiça de Defesa do Consumidor. Aspectos da Lei Orgânica Nacional do Ministério Público (Lei nº 8.625/1993). Defesa do consumidor em juízo. Ações coletivas para a defesa de interesses individuais homogêneos. Ações de responsabilidade do fornecedor de produtos e serviços. Coisa julgada. Ação civil pública (Lei nº 7.347/1985).

Direito do Idoso: Políticas públicas, entidades de atendimento e rede protetiva dos direitos da pessoa idosa.

Direito das Pessoas com Deficiência: A proteção judicial dos interesses individuais, coletivos e difusos.

Direito à Educação: Níveis e modalidades de educação e ensino. Planejamento. Planos decenais de educação. Conteúdo dos planos nacional e estadual de educação vigentes.

Direitos Humanos: Direitos Humanos no Brasil. Constituição e Direitos Humanos. Direitos Fundamentais. Status dos Direitos Humanos. Terminologia, fundamento e classificação (quanto à finalidade, adotada pela Constituição de 1988). Dimensões dos Direitos Humanos. Direitos Humanos em espécie. Direito à vida. Dignidade da pessoa humana. Direito à liberdade. Direitos políticos. Direitos sociais. Direito de minorias.

PONTO 14

DIREITO CONSTITUCIONAL

Princípios constitucionais tributários. Reforma tributária. Finanças públicas. Ordem econômica e financeira. Tributação e orçamento.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Direito Administrativo: conceito, objeto e fontes. A constitucionalização do Direito Administrativo. Princípios do direito administrativo. Princípios constitucionais da Administração Pública. Sistema administrativo brasileiro. Administração Pública: estrutura, entidades, órgãos e agentes públicos. A atividade administrativa. Poderes e deveres do administrador público. Uso e o abuso do poder.

ORGANIZAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO E ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO MARANHÃO

O Ministério Público. Construção histórica. O Ministério Público: conceito e perfil constitucional. Princípios institucionais: unidade, indivisibilidade e independência funcional. Autonomias constitucionais: funcional, administrativa e financeira.

Atribuições, concurso, nomeação e posse dos Serventuários da Justiça. Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão. Resolução-GP nº 14, de 17 de fevereiro de 2021, consolidada e atualizada até a Resolução-GP nº 45, de 20 de março de 2025, LIVRO I – TÍTULO I, LIVRO II – TÍTULOS I e II, LIVRO III – TÍTULOS I, II e III.

DIREITO CIVIL

Evolução da história e da distribuição das terras no Brasil. Atuação do Ministério Público na mediação de conflitos fundiários urbanos e rurais.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Ação rescisória e ação anulatória: cabimento, competência e procedimento.

DIREITO FINANCEIRO

Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

DIREITO TRIBUTÁRIO

Imunidade tributária recíproca. Autarquias e empresas públicas.

DIREITO ELEITORAL

Lei nº 14.197/2021: crimes contra o funcionamento das instituições democráticas no processo eleitoral.

DIREITOS TRANSINDIVIDUAIS E DIREITOS HUMANOS

Direito ambiental: Meio ambiente na Constituição Federal: arts. 182 e 183, arts. 215 a 216-A e art. 225. Repartição de competências. Lei nº 5.405, de 8 de abril de 1992, que institui o Código de Proteção do Meio Ambiente e dispõe sobre o Sistema Estadual do Meio Ambiente e o uso adequado dos recursos naturais do Estado do Maranhão.

Direito Sanitário: O direito à saúde e o terceiro setor. Consórcio intermunicipal de saúde, cooperativas, entidades sem fins lucrativos, Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP's), Organizações Sociais (OS's), Fundações Estatais de Direito Privado. Código de Saúde do Estado do Maranhão (Lei Complementar Estadual nº 039/1998) e legislação sanitária estadual. Lei nº 9.732, de 19 de dezembro de 2012, que autoriza a criação da empresa pública denominada Empresa Maranhense de Serviços Hospitalares – EMSERH.

Direito da Criança e do Adolescente: Política e organização do atendimento. Linhas de ação e da política de atendimento. Linhas de ação e diretrizes. Municipalização e descentralização. Participação da cidadania e conselhos dos direitos. Entidades e programas de atendimento.

Direito do Consumidor: O Ministério Público na tutela do consumidor. Atribuições das Promotorias de Justiça de Defesa do Consumidor. Aspectos da Lei Orgânica Nacional do Ministério Público (Lei nº 8.625/1993). Defesa do consumidor em juízo. Ações coletivas para a defesa de interesses individuais homogêneos. Ações de responsabilidade do fornecedor de produtos e serviços. Coisa julgada. Ação civil pública (Lei nº 7.347/1985).

Direito do Idoso: Assistência Social. Acessibilidade. Gratuidade nos transportes coletivos. Ações afirmativas.

Direito das Pessoas com Deficiência: Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (Lei nº 12.764/2012). Participação política, social e cidadania. Direitos fundamentais. Capacidade civil. Direitos de família. Direitos reprodutivos e sexuais. Educação Inclusiva. Ações afirmativas. Capacitismo e violências contra a pessoa com deficiência.

Direito à Educação: Educação especial inclusiva. Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (Decreto nº 6.949/2009).

Direitos Humanos: Direitos humanos e o Ministério Público. Resolução nº 262/2023, do CNMP (Institui o Comitê Permanente Nacional de Monitoramento da Implementação de Decisões de Órgãos do Sistema Interamericano de Direitos Humanos (CONADH) no âmbito do Ministério Público brasileiro). Recomendação nº 96/2023, do CNMP (Recomenda aos ramos e às unidades do Ministério Público a observância dos tratados, convenções e protocolos internacionais de direitos humanos, das recomendações da Comissão Interamericana de Direitos Humanos e da jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos; e dá outras providências). Resolução nº 278/2023, do CNMP (Dispõe sobre as atribuições do Ministério Público na tutela coletiva de segurança pública). Resolução nº 279/2023, do CNMP (Dispõe sobre as atribuições do Ministério Público no exercício do controle externo da atividade policial).

PONTO 15

DIREITO CONSTITUCIONAL

Ordem social. Educação e cultura, ciência e tecnologia. Meio Ambiente. Família, criança, adolescente e idoso. Direito à proteção especial dos índios. Constituição do Estado do Maranhão.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Regime jurídico-administrativo: o público e o privado na Administração Pública. Poderes administrativos. Poder vinculado e poder discricionário. Poder hierárquico e poder disciplinar. Poder de polícia. Polícia judiciária e polícia administrativa. Parceria público-privada (Lei nº 11.079/2004).

ORGANIZAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO E ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO MARANHÃO

O Ministério Público. Construção histórica. O Ministério Público: conceito e perfil constitucional. Princípios institucionais: Unidade, Indivisibilidade e Independência Funcional. Autonomias constitucionais: Funcional, Administrativa e Financeira.

Divisão Judiciária para efeito da administração da Justiça. Criação e instalação de comarcas.

DIREITO CIVIL

Recuperação de empresas e falência.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Processo de execução: execução em geral; partes; competência; requisitos; formação, suspensão e extinção da execução; responsabilidade patrimonial; fraudes; espécies de execução: para entrega de coisa, das obrigações de fazer ou de não fazer e por quantia certa; execução de alimentos; execução contra a Fazenda Pública. Oposição à execução: impugnação ao cumprimento de sentença; embargos à execução; defesa por simples petição. Execução fiscal. Ação expropriatória. Restaurações, retificações e suprimientos dos registros públicos. Mandado de segurança individual e coletivo. Ação popular. *Habeas corpus* no cível. *Habeas data*. Mandado de injunção. Reclamação. Ação civil pública. Ação de alimentos. Ação de investigação de paternidade. Legitimidade do Ministério Público na investigação de paternidade (Lei nº 8.560/92). Ação de usucapião. Tutela individual e coletiva da posse: interdito proibitório, reintegração e manutenção da posse. Inventário e partilha. Embargos de terceiro. Ação monitória contra a Fazenda Pública. Juizados Especiais Cíveis (Lei nº 9.099/95). Improbidade administrativa (Lei nº 8.429/92). Procedimentos de jurisdição voluntária.

DIREITO FINANCEIRO

Orçamento público. Conceito, espécies e natureza jurídica. Princípios orçamentários. Leis orçamentárias. Espécies e tramitação legislativa. Lei Federal nº 4.320/1964. Fiscalização financeira e orçamentária.

DIREITO TRIBUTÁRIO

Legislação estadual e regulamentos do ICMS.

DIREITO ELEITORAL

Ações eleitorais: ação de impugnação ao registro de candidatura, ação de investigação judicial eleitoral, ação de impugnação de mandato eletivo e recurso contra expedição de diploma (hipóteses, legitimidade, prazo e procedimento). Procedimento de execução e cumprimento de decisões impositivas de multa e outras sanções de natureza pecuniária (Resolução TSE nº 23.709/2022).

DIREITOS TRANSINDIVIDUAIS E DIREITOS HUMANOS

Teoria Geral do Direito Ambiental. Princípios gerais de Direito Ambiental. Princípios do poluidor pagador, usuário pagador, precaução, prevenção e outros princípios de Direito Ambiental. Meio ambiente e Direitos Humanos. Princípio da proibição de retrocesso. Meio ambiente e sociedade de risco.

Direito Sanitário: O Sistema Único de Saúde, seus princípios e diretrizes norteadores, as atribuições administrativas da União, dos Estados e dos Municípios na garantia do direito à saúde, as condições, critérios e fatores determinantes na organização e planejamento de um Sistema de Saúde.

Direito da Criança e do Adolescente: Criança e adolescente: antecedentes históricos, inserção constitucional, doutrina da proteção integral, princípios e direitos fundamentais da criança e do adolescente e princípios e direitos fundamentais do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Direito do Consumidor: Práticas contratuais. Cláusulas abusivas. Contratos de adesão. Tamanho mínimo da fonte em contratos de adesão (Lei nº 11.785/2008). Convenção coletiva de consumo. Garantia legal e contratual.

Direito do Idoso: Políticas públicas, entidades de atendimento e rede protetiva dos direitos da pessoa idosa.

Direito das Pessoas com Deficiência: Constituição Federal. Legislação federal esparsa. Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei Federal nº 13.146/2015). Acessibilidade e enfrentamento de barreiras. Decreto nº 9.296/2018, que regulamenta o art. 45 do Estatuto da Pessoa com Deficiência.

Direito à Educação: Atuação de instituições privadas na seara educacional. Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Direito à educação no Estatuto da Criança e do Adolescente.

Direitos Humanos: Racismo. Conceito e espécies: racismo estrutural, institucional, ambiental, recreativo, religioso, interseccionalidade entre raça, gênero e classe, preconceito racial, igualdade

racial e ações afirmativas. Proteção da igualdade étnico-racial e legislação específica correspondente (Convenção internacional sobre a eliminação de todas as formas de discriminação racial - Decreto nº 65.810/1969; Lei nº 7.716/1989; Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial – Decreto nº 4.886/2003; Estatuto da Igualdade Racial - Lei nº 12.288/2010; Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial - SINAPIR – Decreto nº 8.136/2013).

TABELA DE EXAMINADORES POR MATÉRIA

Matéria	Examinador(a)
Direito Constitucional	Banca Alfa: Luiz Sales do Nascimento Banca Beta: Sivonei Simas
Direito Administrativo	Banca Alfa: Luiz Sales do Nascimento Banca Beta: Sivonei Simas
Organização do Ministério Público e Organização Judiciária do Estado do Maranhão	Banca Alfa: Luiz Sales do Nascimento Banca Beta: Sivonei Simas
Direito Civil	Banca Alfa: Fernanda Tartuce Silva Banca Beta: Oswaldo Peregrina Rodrigues
Direito Processual Civil	Banca Alfa: Fernanda Tartuce Silva Banca Beta: Oswaldo Peregrina Rodrigues
Direito Financeiro	Banca Alfa: Luiz Edmundo Marrey Unt Banca Beta: Tiago do Vale
Direito Tributário	Banca Alfa: Luiz Edmundo Marrey Unt Banca Beta: Tiago do Vale
Direito Eleitoral	Banca Alfa: Luiz Edmundo Marrey Unt Banca Beta: Tiago do Vale
Direitos Transindividuais e Direitos Humanos: Direito Ambiental, Direito Sanitário, Direito da Criança e do Adolescente, Direito do Consumidor, Direito do Idoso, Direito das Pessoas com Deficiência, Direito à Educação e Direitos Humanos.	Banca Alfa: Washington Aparecido Pinto Banca Beta: Marco Antonio Marcondes Pereira